

JORNAL DO



ANO XX - EDIÇÃO 223 - Março de 2019

SINTUFEJUF



SINTUFEJUF
JF|GV

IMPRESSO ESPECIAL
CONTRATO 9912296029
ECT/DR/MG
SINTUFEJUF



Mulheres do Sintufejuf são de luta!

Páginas 3 e 4



**ESPECIAL
BRUMADINHO**

Quanto VALE a
vida?

Página 5

Reforma da
Previdência é
pauta principal
em Plenária da
Fasubra

Página 6

IF Sudeste faz
mobilização em
defesa da Jornada
de trabalho
flexibilizada

Página 9

Sindicatos se
organizam contra
MP antissindical
de Bolsonaro

Página 10

As mulheres derrotarão Bolsonaro!

O 8 de março, tradicionalmente, é no Brasil o início do calendário de lutas. É a primeira data em que os movimentos se colocam nas ruas com suas pautas. Este ano, começamos um pouco mais cedo, pois tivemos um carnaval politizado e de resistência, tanto nas palavras de ordem entoadas em todo o país nos blocos populares de rua, quanto na vitória da Estação Primeira de Mangueira no Carnaval do Rio. Com seu refrão “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahrins, Marielles e malês”, um recado foi dado, de maneira aberta: nós, Marias, Mahrins – em referência a Luísa Mahrin, uma ex-escrava de origem africana, radicada no Brasil, que liderou levantes de escravos na Bahia nas primeiras décadas do século XIX – e Marielles somos quem (re)escreveremos mais um capítulo de nossa história: seremos nós, mulheres, quem derrotaremos Bolsonaro. Somos nós que estamos exigindo há um ano e, mais fortemente no último 8M, justiça para Marielle! Fomos nós, em

2015, muito antes de Eduardo Cunha cair por denúncias de corrupção, que nos levantamos e colocamos milhares nas ruas contra este quando se opôs aos direitos das mulheres. Fomos nós que tivemos papel decisivo e impedimos que Bolsonaro ganhasse ainda no primeiro turno das Eleições de 2018, nos atos #EleNão, que reuniram milhões. Somos nós mulheres que colocamos o movimento de massa na rua atualmente no Brasil. Nós, que temos por obrigação derrotar essa Reforma da Previdência, que nos fará trabalhar mais – sendo que já ganhamos 30% a menos que os homens e temos duplas, triplas ou quadruplas jornada de trabalho, numa lógica patriarcal que nos exige, além das horas no mercado de trabalho, também o trabalho doméstico não remunerado e sequer reconhecido – e nos acometerá em mais uma violência contra a mulher: a violência patrimonial. Por isso, as mulheres derrotarão Bolsonaro e suas reformas e continuarão exigindo: Justiça para Marielle!

Palavra do TAE



Ana Lúcia Vargas - C.A. João XXIII

Qual a sua opinião sobre a proposta de Reforma da Previdência de Jair Bolsonaro?

É mais uma reforma que mexe no bolso do cidadão, e os mais vulneráveis são os que mais perderão. A proposta altera não apenas as regras para a aposentadoria, mas também diminui o valor de benefícios da Assistência Social direcionados a idosos e pessoas com deficiência.

O aumento do tempo mínimo de contribuição, da idade e a precariedade do mercado de trabalho inviabilizam a garantia de direitos para trabalhadores e trabalhadoras. Isso sem tocar nos “arranjos” que têm sido propostos pelo Governo como a liberação de emendas a deputados, com altos montantes financeiros e a proteção da aposentadoria de grupos estratégicos como militares, políticos entre outros.

EXPEDIENTE

Sintufejuf - Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora.

Rua Santo Antônio, nº 309 - Centro

Tel.: (32) 3215-7979

Atendimento da Sede Administrativa: Segunda a sexta de 08h às 18h

Secretaria Avançada: Segunda a sexta 9h às 13h e 14h às 18h

www.sintufejuf.org.br

comunicacao@sintufejuf.org.br

Facebook: [fb.com/sintufejuf](https://www.facebook.com/sintufejuf)

Filiado à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil - Fasubra

Coordenação Geral:

Flávio Sereno

Maria Angela Costa

Conselho Editorial:

Flávio Sereno

Maria Angela Costa

Felipe Santos

Marcio Sá Fortes

Sandro Teófilo

Felipe Santos

Márcio Sá Fortes

Monique Campos

Bethania Guimarães

Jornalista responsável:

Camila Pravato

13.164 - DRT/MG

Fotos: Sintufejuf

Diagramação: Sintufejuf

Equipe de Comunicação:

Mylena Melo e Mauro Assis

Os artigos assinados são de total responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sintufejuf.

Mulheres do Sintufejuf vão à luta contra a reforma da previdência, pela vida das mulheres e por Marielle Franco

O mês de março é tradicionalmente marcado por ações do dia 8, Dia Internacional da mulher. Neste ano as mulheres do Sintufejuf foram às ruas contra a proposta de reforma da previdência encaminhada pela equipe de Bolsonaro, em combate ao feminicídio e pedindo justiça por Marielle Franco, vereadora do PSOL assassinada em 2018 no Rio de Janeiro. O Sintufejuf participou da construção das atividades realizadas pelo Fórum feminista 8M, que reúne coletivos, associações e sindicatos da cidade, além das iniciativas da Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF (DIAF), que realizou uma série de atividades sobre o tema na universidade entre os dias 18 e 30 de março.

Uma das principais pautas da mobilização de mulheres neste mês é, além da reforma da previdência, a solução do caso Marielle. No dia 14 de março, data em que a vereadora foi assassinada no ano passado, as ruas de Juiz de Fora foram ocupadas por um ato cujo objetivo foi questionar quem mandou matar a vereadora e mostrar que a voz de Marielle Franco não será calada. A mobilização começou às 17h, no calçadão da rua Halfeld, e por volta de 19h seguiu em vigília, com o grupo de maracatu Estrela da Mata, rumo à Praça da Estação, onde aconteceram apresentações culturais de artistas locais, como MC Xuxu e Laura Conceição. A coordenadora de educação e formação sindical do Sintufejuf, Natália Paganini, afirma que as mulheres vão continuar se organizando e defendendo a igualdade de direitos, independente das tentativas de calarem suas vozes.

“Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós”

No dia 7 de março aconteceram em Juiz de Fora e Governador Valadares assembleias nas quais a adesão da categoria à greve internacional de mulheres no dia 8 de março foi discutida e aprovada por unanimidade. Essa foi a terceira vez que as servidoras da UFJF participaram da mobilização e a primeira vez que as trabalhadoras do campus Juiz de Fora e da Reitoria do IF Sudeste MG aderiram à paralisação. Natália



Ato pede justiça por Marielle Franco após um ano de seu assassinato.



No dia 8 de março a equipe de comunicação do Sintufejuf divulgou nas redes sociais do sindicato o vídeo “**Parem de nos matar**”, com a participação de mulheres da categoria discutindo questões ligadas ao machismo, feminicídio e a execução de Marielle Franco. Visite o site do sindicato para assistir: <https://sintufejuf.org.br/>.

Paganini, explica que a interrupção do trabalho é uma forma de colocar os corpos femininos à disposição da luta no dia 8 de março. “É um dia que a gente não está no trabalho, mas a gente está na rua, discutindo política, conversando com outras mulheres trabalhadoras”, afirma Natália. No dia seguinte, 8 de março, sexta-feira, as mulheres se reuniram em atividades de resistência desde a manhã até a noite.

As atividades começaram cedo, às 7h, com um café da manhã na Praça da Estação. Os impactos da reforma da previdência para a população feminina foram o foco principal da ação - aumento da idade mínima para aposentar, do tempo de contribuição e da alíquota, além do fim das regras especiais para aposentadoria das trabalhadoras rurais e professoras.

O ato contou com falas das entidades presentes, nas quais foram abordadas as mais variadas pautas, desde a necessidade de combater a reforma da previdência de Bolsonaro e seu governo, até pautas históricas do movimento, como o combate à violência

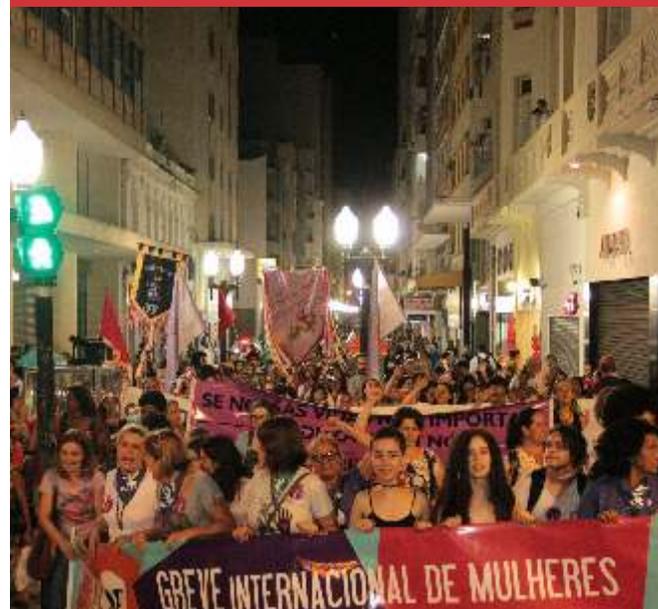
contra a mulher, o feminicídio, racismo e a LGBTfobia, o assédio, a desigualdade salarial, etc. Após as falas o grupo de mulheres seguiu em marcha até o Parque Halfeld.

A coordenadora geral do Sintufefuj, Maria Angela Costa, afirmou que a greve é importante para a categoria e especialmente para as mulheres. Isso porque elas que estão protagonizando a luta contra o atual governo e ocupando as ruas. “Nós temos que estar juntas, pra não deixar que venha o desmonte de todo o avanço que a gente já teve na luta feminista”, afirmou Maria Angela. Na avaliação dela as mulheres impediram a eleição de Bolsonaro no primeiro turno, com as manifestações da campanha *Ele Não*.



Coordenadora geral do Sintufefuj destaca força da união das mulheres em fala.

Categoria recebeu com entusiasmo convocação à greve internacional de mulheres.



Carnaval também é lugar de mulher e de resistência

Há 3 anos o Fórum feminista 8M realiza o bloco Filhas da Luta, para dialogar com a população sobre pautas feministas e mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser. A coordenadora de educação e formação sindical do Sintufefuj, Natália Paganini, afirma que “foi um momento para afirmar a autonomia sobre nossos corpos, dizer **não** ao assédio, mostrar que lugar de mulher é onde ela quiser e combater o machismo que estrutura nossa sociedade”. Neste ano o bloco aconteceu na Praça da Estação e convocou as mulheres para a greve internacional no dia 8.

Outro marco do carnaval feminista em Juiz de Fora foi o acordo realizado entre a Ordem dos advogados do Brasil (OAB) e o bloco Domésticas de Luxo. Pela primeira vez, em 60 anos, o bloco

não foi às ruas com roupas e adereços em alusão às mulheres negras. O *blackface* - quando pessoas brancas se pintam de negras, utilizam perucas crespas, etc - era mote do bloco e já havia sido denunciado por coletivos e organizações da cidade como uma prática racista.



Cerca de 200 pessoas participaram do bloco, segundo a Polícia Militar.

A coordenadora geral do Sintufefuj, Maria Angela Costa, afirmou que esse é um marco revolucionário na história da cidade. “Isso não representava o nosso carnaval. Não representa a folia. Não representa alegria. Pelo contrário, representava dor. Representava preconceito”, afirmou Maria Angela. Ela também lembrou que somente em 2015 as domésticas conquistaram direitos trabalhistas que outras categorias já tem há anos, como adicional noturno e, seguro desemprego, etc.

QUANTO VALE A VIDA?

No dia 25 de janeiro de 2019 trabalhadoras/es da Vale S.A em Brumadinho foram surpreendidos por um imenso mar de lama tóxica que varreu parte da cidade, após o rompimento de uma barragem da mineradora. Segundo a Defesa Civil, mais de **200 pessoas morreram e ainda há mais de 150 desaparecidas.** A lama tem rejeitos da mineração do ferro na região, contendo por exemplo amônia e arsênio, elementos tóxicos. Moradoras/es da região já começaram a procurar unidades hospitalares com sintomas de contaminação, que podem se manifestar como pro-

blemas respiratórios, dermatológicos e mentais. Além disso, o dano ambiental é tão grande que ainda não pode ser calculado. A lama atingiu a Reserva da Biosfera da Unesco da Serra do Espinhaço, área significativa da Mata Atlântica e Cerrado de Minas, com quase 300 espécies de pássaros, 25 espécies de mamíferos e mais de 80 de peixes, sendo 14 deles considerados em extinção. A bacia do rio Paraopeba, responsável por 53% da água utilizada na região metropolitana de Belo Horizonte, também foi atingida. O rio é afluente de um dos cursos de água mais importantes da América Latina, o Rio São Francisco.

VALE, assassina recorrente

Em 2015 o rompimento de uma barragem da Samarco, mineradora controlada pela BHP Billiton e a Vale S.A, em Mariana (MG), deixou 19 mortos e inúmeros contaminados. Até hoje ninguém foi responsabilizado criminalmente pelo ocorrido. Totalizando mais de um bilhão de reais em multas do Ibama e outros órgãos, a Samarco não chegou a pagar nem 0,5% desse valor.

Um dos servidores TAEs da UFJF em Governador Valadares, Ricardo Grunewald, afirma que “A impressão que temos é que nada foi feito a respeito. Se foi paga alguma multa ou indenização para cidade não vimos onde ela foi parar”. Após o rompimento da barragem foi criada a Fundação Renova, teoricamente independente das empresas e poder público, para lidar com as indenizações. Hoje, anos depois, a fundação tem ex profissionais da Vale e do poder público local na administração e oferece dinheiro às prefeituras das cidades afetadas para que abram mão de indenizações bilionárias para receber somente o equivalente aos gastos emergenciais. De lá pra cá as ações da Vale na Bolsa de Valores triplicaram de valor.

Ricardo conta que os impactos do rompimento da barragem permanecem vivos até hoje. Na época, o primeiro impacto foi o corte da água em toda a cidade, seguido pelo fechamento do comércio local e vários serviços públicos. “Isso gerou um clima de *salve-se quem puder*”, contou Ricardo. Todos foram para mercados e postos de combustível garantir seu estoque de água, comida e outros suprimentos, pois não sabiam o que aconteceria nos próximos dias.

Mesmo após o restabelecimento do fornecimento de água a vida das pessoas continuou de cabeça para

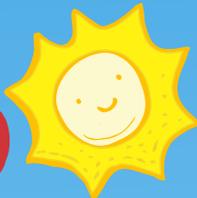
A Vale foi criada como uma empresa estatal, em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas. Anos depois, **em 1997, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a empresa foi privatizada.** Ela foi vendida por cerca de R\$ 3 bilhões, sendo que somente suas reservas minerais giravam em torno de R\$ 100 bilhões, na época.

O coordenador geral do Sintufefuj, Flávio Sereno, aponta que o caráter público ou privado de uma empresa não define a competência de seus gestores, mas representa interesses diferentes. “O que a gente percebe é que enquanto não tiver sanções à empresa que tornem mais caro assumir esse tipo de sanção do que deixar as barragens nas condições que estão, vai ter sempre o risco de acontecer episódios como esse”, afirmou Flávio. Isso porque **o interesse das empresas privadas é, exclusivamente, lucrar.**

baixo. “Tive um vizinho que buscava água em Ipatinga de carro toda semana, pois não tinha coragem nem de tomar banho com a água fornecida pela Prefeitura”, contou Ricardo. Isso porque as pessoas ficaram com medo que o rio estivesse contaminado. Até hoje, quando chove, ele fica turvo e com mau cheiro.

Ricardo desenvolveu, junto com um professor e um mestrando da UFJF, uma pesquisa recente sobre a “fuga de cérebros” - quando indivíduos tecnicamente capacitados abandonam a região - em Governador Valadares. A pesquisa constatou que servidoras/es da UFJF estão abandonando o campus por conta da qualidade de vida na cidade. E a qualidade da água foi um dos pontos mais criticados. “Se nada for feito podemos *perder* mais servidores”, afirma Ricardo.

Cerca de cem aposentadas e aposentados confraternizam em hotel fazenda em Paraíba do Sul

PASSEIO DE VERÃO 



Passeio acontece anualmente em comemoração ao Dia da Aposentada e do Aposentado


SINTUFEJUF
JF|GV

Um dia em contato com os amigos e com a natureza. Assim foi o passeio de verão do Sintufejuf, que reuniu cerca de cem aposentadas e aposentados sindicalizados no Hotel Fazenda Recanto Sanrandy, em Paraíba do Sul, RJ. Quem esteve presente pode se deliciar com a paisagem natural, visitar o mini zoológico e ainda se refrescar na piscina, na ducha e na cachoeira. Como não podia faltar, também houve o momento do tradicional bingo e a música ao vivo, que animaram ainda mais o evento.

De acordo com a coordenadora de aposentadas e aposentados do Sintufejuf, Isabel Cristina, o evento é uma forma da coordenação se aproximar ainda mais e trocar informações com esta parte da categoria. “A gente consegue saber o que eles pensam, o que eles acham e o que eles querem”. Para ela, é importante também a participação deste segmento na luta por direitos. “O movimento sindical, quando somada a força de quem é aposentado ou não, é possível dar continuidade à luta. Porque não depende do indivíduo, mas de todo o grupo” comenta.

Além disso, a também coordenadora de aposentadas e aposentados, Angelisa Silva destaca que a maioria presente no passeio participou da construção sindical, antes mesmo da existência da Fasubra, quando o sindicato era associação. “Este segmento é

responsável por parte da história da universidade, e traz consigo um conteúdo, tanto de conhecimento, quanto de experiência que deve ser valorizado”, afirma.

Exemplo disso é a aposentada Maria Josina Felix que participa do passeio há 16 anos. “A gente também é sindicalista e lutou muito desde a época da associação. Quando o governo fala em acabar com o sindicato, eu não aprovo. O nosso sindicato é muito bom, é atuante, e é importante por isso”, diz Maria Josina.

A recém aposentada Maria Stela dos Santos Vicente teve a oportunidade de participar pela primeira vez, e aproveitou bastante. Para ela, o passeio é uma forma de incluir as aposentadas e aposentados nas atividades do sindicato. “A gente espera do sindicato apoio em tudo, mas quando se aposenta, acaba ficando longe. E esse tipo de evento em que a gente reencontra os companheiros é um ‘up’ para a auto estima, para a saúde, para a alegria, é muito bom.” opina. Para Ilca Pereira da Silva, que participa pela segunda vez, o passeio é importante para relaxar e sair da rotina. “O lugar aqui traz paz e tranquilidade, é muito bom”, afirma Ilca.

O passeio de verão é uma atividade anual proporcionada pelo sindicato e organizada a partir de um balanço da demanda das edições anteriores. As vagas são limitadas conforme com a capacidade comportada pelo hotel fazenda escolhido. O Sintufejuf está aberto a sugestões da categoria para novos passeios.



Aposentadas e aposentados aproveitaram a oportunidade para reencontrar am colegas da categoria



Coordenação, trabalhadoras e trabalhadores do Sintufejuf organizaram e deram suporte ao evento

TODAS AS FOTOS DO PASSEIO DE VERÃO ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DO SINTUFEJUF: WWW.SINTUFEJUF.ORG.BR.



Reforma da Previdência é pauta principal da Plenária da Fasubra

Cinco dias antes do presidente Jair Bolsonaro entregar ao Congresso sua proposta de Reforma da Previdência, o tema foi a principal pauta da Plenária Nacional da Fasubra, realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro em Brasília. Entre outros assuntos foram discutidos Conjuntura; Campanha Salarial; Defesa das Instituições Públicas de Ensino e da Democracia; A Organização da Luta contra os Ataques do Governo; Informes de Direção; Informes de base e encaminhamentos. A Plenária Nacional contou com a participação de 21 estados, o distrito federal, 40 entidades de base, 170 delegados e 3 observadores. Na delegação do Sintufefuf, três TAEs participaram pela primeira vez: representando a categoria do IF Sudeste, foi eleita em assembleia a TAE Gabriela Santos Leite; indicada pela direção do Sintufefuf e referendada pela assembleia, a coordenadora de saúde Luana Lombardi, além do coordenador de Esporte e Lazer, Paulo Vitor Cota eleito pela categoria da UFJF. Também participaram Rogério Silva (eleito em Juiz de Fora), Alessandra Efrem (eleita em Governador Valadares) e a coordenadora geral do Sintufefuf, Maria Angela Costa, representando a coordenação da Fasubra.

Para Maria Angela, é importante renovar a participação na plenária para mostrar o fortalecimento da categoria. “As pessoas, quando veem que uma base está diversificando a participação no movimento, sentem um ânimo maior, porque oxigena, e mostra que a gente está conseguindo passar que somente com luta e renovação é possível conseguir enfrentar todos os ataques e ameaças” opina. Segundo ela, é o principal espaço para aglutinar pessoas do movimento sindical de todo o país.

Representando trabalhadoras e trabalhadores do IF Sudeste, Gabriela Santos teve a oportunidade de conhecer a realidade de diversas instituições. “Achei interessante porque a gente verificou muito a questão política, como funciona a flexibilização, o ponto eletrônico e a gente vê cenários diferentes no Brasil. Mas a preocupação maior apresentada foi a da reforma da previdência.

Para a primeira Plenária no atual Governo, Alessandra Efrem considerou um saldo positivo, porém ela critica a tentativa de despolitização dos debates. “Como se pudesse existir uma militância



Homenageadas/os foram indicadas/os pelas 19 unidades acadêmicas e administração superior - Foto: UFJF

apolítica e apartidária. Ser a favor do trabalhador é se posicionar contra o status quo”, afirma.

Embora ainda não tivesse acesso à proposta na íntegra, muitos ataques aos trabalhadores já haviam sido sinalizados, e estavam sendo estudados pela assessoria jurídica da Fasubra. Na ocasião, o advogado da Federação, Cláudio Santos, destacou que a proposta se difere das demais, uma vez que apresenta a possibilidade de implementação do regime de capitalização, além da desconstitucionalização das regras da Previdência Social. Com isso as futuras mudanças poderão ser feitas por lei complementar, cujo quórum de aprovação é menor que uma Proposta de Emenda Constitucional.

De acordo com o aposentado Rogério Silva, o servidor não deveria entrar na reforma. “O servidor público tem um regime próprio, mas eles estão jogando todos na reforma da previdência”, explica.

Paulo Vitor relembra que durante a campanha eleitoral, Bolsonaro atacou a esquerda e os sindicatos, e por isso, vê dificuldades em discutir com o governo. “Nesse quesito a gente tem um caminhada de enfrentamento. A reforma da previdência não foi dialogada com a sociedade, está sendo colocada goela abaixo”, afirma. Por isso, Paulo destaca a necessidade de unir forças. “Com toda diversidade de correntes políticas, essas questões foram superadas no entendimento de que nossas pautas precisam de união para que haja resultado favorável, para que a gente conquiste o que a gente busca”.

Para a coordenadora Luana Lombardi, esta será uma das piores reformas. “As propostas são horríveis, desde a idade mínima para aposentar até as condições para receber a aposentadoria. Todas essas alterações irão precarizar muito o trabalho dos contribuintes” comenta.

Reunião do Fonasefe define eixos de lutas do serviço público

O coordenador do SINTUFEJUF Paulo Vitor Cota participou junto à FASUBRA da reunião ampliada do Fonasefe - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais, no dia 17 de fevereiro, em Brasília. O encontro definiu a pauta de reivindicações, tendo como eixo central a luta contra a reforma da Previdência. “Houve a decisão de busca de uma campanha salarial. É uma pauta longa, mas assim como as decisões da plenária, busca essa compreensão de união”, afirma Paulo Vitor.

Segundo ele, a reunião contou com importantes exposições do supervisor técnico do DIEESE, Max Leno, que falou sobre os desafios políticos e econômicos do movimento sindical na atual conjuntura, do cientista político Jorge Mizael, que falou sobre a nova composição do Congresso Nacional após as eleições e a auditora fiscal da Receita Federal Maria Lúcia Fattorelli, que explicou que a auditoria permite verificar onde realmente está o rombo, e o que isso implica em investimento na educação, saúde e previdência, porém nunca foi feita.

Manifestações marcam luta contra a Reforma da Previdência

No Dia nacional de luta em defesa da Previdência Pública e contra o fim da aposentadoria, 20 de fevereiro, o coordenador de organização e política sindical do Sintufejuf, Igor Coelho participou da Assembleia Nacional da Classe Trabalhadora, convocada pelas centrais sindicais – CGBT, CSB, CSP Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical e NCST. A atividade reuniu cerca de 10 mil manifestantes na Praça da Sé, no centro da capital paulista.

A participação das entidades de base em todos os fóruns e frentes que visam a defesa dos direitos da classe trabalhadora foi aprovada em Plenária Nacional da FASUBRA, realizada nos dias 15 e 16 de fevereiro. A manifestação ocorreu na mesma data em que o governo de Jair Bolsonaro entregou a proposta de reforma da Previdência ao Congresso Nacional.

Na noite anterior, Igor Coelho, esteve presente também no Lançamento do Fórum Sindical, Popular e da Juventude de Lutas Por Direitos e Liberdades Democráticas em São Paulo – SP. O Fórum tem



Foto: ASCOM | ASSUFOP
Ato reuniu cerca de 10 mil manifestantes na Praça da Sé

como objetivo unificar a esquerda, as entidades sindicais, estudantis, movimentos sociais, populares, de lutas contra as opressões, na construção de ações contra as medidas antipopulares de Jair Bolsonaro. Segundo o coordenador Geral da Fasubra, Antonio Alves Neto (Toninho), em entrevista ao Sindicato dos Trabalhadores técnico-administrativos da UFOP (ASSUFOP), a ideia é organizar as entidades e segmentos sociais que ainda não se encontraram na atual conjuntura e dar uma resposta aos ataques do governo aos direitos da classe trabalhadora.

Representantes da FASUBRA na CNSC discutem PCCTAE

Nos dias 16, 17 e 18 de janeiro, representantes da FASUBRA na Comissão Nacional de Supervisão de Carreira (CNSC) se reuniram para discutir o Plano de Carreira Dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE). O objetivo era aperfeiçoar a carreira e analisar decretos e portarias publicadas recentemente pelos governos Temer e Bolsonaro e que podem atingir a categoria. Entre as discussões estão os impactos da terceirização para o PCCTAE e para o debate da carreira, além da resistência aos ataques, como a reforma da previdência, a reforma trabalhista, e a privatização dos serviços públicos incluindo as IFES.

A CNSC estabeleceu um cronograma de reuniões a ser aprovado pela direção da FASUBRA, cujos relatórios deverão orientar as CIS a abordar temas relevantes da carreira, fazer levantamento de cargos, de vagas e tratar das necessidades de pessoal.

Crescem denúncias de assédio na UFJF

Segundo a coordenação de saúde do Sintufejuf, cresceu o número de servidoras/es que procuraram o Sindicato para denunciar casos de assédio na UFJF. A Ouvidoria Especializada da Universidade também tem registrado muitos casos desde a sua criação, em 2016. Segundo a ouvidora, Cristina Bezerra, a maior parte das denúncias partem de mulheres ou referem-se a elas e envolvem tanto servidoras quanto estudantes.

No caso da categoria TAE, as denúncias são, principalmente, de **assédio moral** - uma série de comportamentos continuados que incomodam, importunam, humilham ou perseguem uma pessoa ou grupo. O aumento dos casos é preocupante, pois o assédio pode ter graves consequências à saúde física, mental,

social, profissional e até familiar. Depressão, ansiedade, estresse, fadiga, alterações no sono, raiva, prejuízo funcional, queda no rendimento do trabalho e exclusão são algumas dessas consequências.

O assédio moral pode se manifestar de formas diversas, sendo as vezes mais explícito e as vezes velado. O Sintufejuf coloca à disposição da categoria o setor jurídico do Sindicato, para orientar e dar suporte, além de realizar mediações com chefias e oferecer acolhimento e escuta através da coordenação de saúde e da coordenação geral. Confira a seguir quais são os tipos de assédio moral e os indícios de que ele pode estar acontecendo com você ou no seu setor de trabalho:



TIPOS DE ASSÉDIO MORAL

VERTICAL	HORIZONTAL	MISTO	ORGANIZACIONAL OU COLETIVO
Praticado por um superior (de cima pra baixo - descendente) ou por um subordinado (de baixo pra cima - ascendente). O mais comum é aquele praticado por superiores, que muitas vezes se revela em perseguições e cargas excessivas de trabalho , mas também pode acontecer de um subordinado assediar sua chefia, quando, por exemplo, questiona sua capacidade de ocupar um cargo superior ou de confiança.	Praticado por trabalhadoras/es que ocupam posições iguais dentro da hierarquia do setor, não tendo qualquer relação subordinação. Nesses casos, normalmente, o assédio está ligado a sentimentos preconceituosos, como o machismo, racismo, LGBTfobia e capacitismo (quando a pessoa que tem alguma deficiência sofre discriminação por isso). O estímulo à competição também pode agravar a situação.	Nesse caso a vítima é agredida por superiores, subordinados e pessoas que ocupam o mesmo nível hierárquico dentro do setor . Geralmente há um agressor principal, que acaba influenciando a ação dos demais. Nesse caso, a vítima se sente impotente, acuada, pressionada ou ameaçada e pode sucumbir mais rapidamente aos impactos físicos, sociais e psicológicos do assédio moral.	O assédio é cometido contra várias/os trabalhadoras/es . Um exemplo são as ações “motivacionais” nas quais trabalhadoras/es que “atingem a meta” são premiados e os demais são castigados. Isso pode acontecer através da perseguição, do terrorismo psicológico e até de castigos físicos. Também pode estar relacionado à falta de infraestrutura, gestão e segurança do local de trabalho.

FONTE: jus.com.br

A coordenadora de assuntos jurídicos do Sintufejuf, Bethânia Guimarães, chama a atenção para a omissão como indício de assédio moral, para além das formas mais explícitas de abuso, como ameaças e pressão. “Quando não há feedback do trabalho, seja por parte de colegas ou de gestores hierarquicamente superiores, intensifica-se a desvalorização do trabalhador”, afirma Bethânia. A Diretoria Executiva do Sintufejuf também destaca as questões ligadas a infraestrutura e bem estar no

trabalho, que tem afetado particularmente o campus de Governador Valadares. A precariedade do espaço e as falhas de gestão, como a alocação incoerente de servidores em um ou outro setor, também podem configurar assédio e colocar trabalhadoras/es em uma posição vulnerável.

DENUNCIE O ASSÉDIO

- Sintufejuf: (32) 3215-7979

- Ouvidoria especializada da UFJF: (32) 2102-3380

TAEs do IF Sudeste MG participam de Dia Nacional de Lutas em defesa da flexibilização da jornada de trabalho

No Dia Nacional de Lutas convocado pela Fasubra, 6 de fevereiro, trabalhadoras/es do IF Sudeste MG (campus Juiz de Fora e Reitoria) e a Diretoria Executiva do Sintufefuf realizaram panfletagens em defesa da flexibilização da jornada de trabalho no Instituto. As atividades começaram às 6h30, no campus, dialogando com a comunidade acadêmica sobre as melhorias que a flexibilização pode trazer ao IF. Nos turnos da tarde e noite também foram feitas panfletagens.

Uma representante da categoria lotada no campus, Gabriela Leite, afirma que a mudança mais importante que a jornada flexibilizada traz ao Instituto é a garantia de pelo menos 12h de atendimento ininterrupto à comunidade acadêmica. Ao ampliar o atendimento o Instituto também amplia o acesso aos serviços prestados e a categoria tem mais tempo para realizar capacitações e cursos, qualificando o atendimento à comunidade acadêmica.

Essa poderia ser a realidade do IF Sudeste MG, se a Reitoria não estivesse dificultando a flexibilização da jornada de trabalho em diversos setores, como conta Gabriela. “As dificuldades que percebemos são a aprovação de processos que não atendem diretamente aos estudantes e, além disso, solicitam a ampliação do horário até o fim do turno noturno, por volta de 22h40. Assim os setores tem que funcionar de 7h às 22h40”, explica Gabriela. A cobrança do funcionamento até esse horário não consta na minuta de regulamentação da jornada flexibilizada, aprovada no Conselho Superior. Além disso, não é coerente com a realidade de muitos setores, já que seria necessário ter pelo menos 3 servidoras/es lotados no setor e a maioria conta somente com 2.

O coordenador geral do Sintufefuf, Flávio Sereno, explica que a Reitoria do IF parece não



Atividades começaram às 6h30, com panfletagem no campus.

compreender os benefícios da flexibilização e está passando por cima de uma decisão do Conselho Superior. “É uma postura lamentável, que usa de estratégias pouco transparentes e nada democráticas e que vem prejudicando a possibilidade de ampliação

do atendimento e a qualidade de vida do corpo técnico da Instituição”, afirma Flávio, que avaliou positivamente a panfletagem no campus. A coordenadora geral do Sintufefuf, Maria Angela Costa, também afirmou que a panfletagem cumpriu seu objetivo e defendeu que a experiência da jornada flexibilizada tem sido positiva na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outras instituições do país.

Um dos representantes da categoria lotada na Reitoria, Sandro Vieira, concorda que a panfletagem foi um avanço. “A gente conseguiu distribuir uma quantidade significativa de panfletos entre os alunos dos cursos técnicos, de graduação, etc. E a receptividade foi boa”, afirmou Sandro. Para ele a aproximação entre servidoras/es e estudantes do Instituto é muito importante e a realização da panfletagem na primeira semana do período letivo contribuiu para isso.



Horário de atendimento à comunidade acadêmica é ampliado com a jornada flexibilizada.



Trabalhadoras/es tem mais qualidade de vida e prestam melhor atendimento com a flexibilização.

Sindicatos já se organizam para barrar medida provisória antissindical de Bolsonaro, lançada no pré carnaval

O Sintufefuf, a Fasubra e outras entidades sindicais já estão articuladas para barrar a medida provisória (MP) antissindical assinada por Bolsonaro e pelo ministro da economia, Paulo Guedes, publicada no dia 1º de março (véspera do carnaval) no Diário Oficial da União. A medida (MP 873/2019) acaba com o desconto da contribuição sindical na folha de pagamento das/os trabalhadoras/es, permitindo o pagamento somente através de boleto bancário, com autorização expressa, individual e por escrito.



Margarida Salomão (PT) garantiu, em reunião com Sintufefuf e Apes, empenho na derrubada da MP.

Por ser uma medida provisória, a mudança já está, temporariamente, em vigor. Para que seja uma mudança legal definitiva é necessário que o Congresso Nacional aprove a proposta em, no máximo, 120 dias. Ainda assim, alguns sindicatos, incluindo o Sintufefuf, entraram na justiça para tentar reverter os impactos imediatos da MP. No caso do Sintufefuf, a juíza federal Mara Lina Silva do Carmo, da 4ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Juiz de Fora concedeu liminar favorável ao pedido do Sindicato, suspendendo os efeitos da MP até a decisão final da Ação Coletiva. O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB também entrou com uma ação direta de inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal (STF), para que a MP seja derrubada. A entidade alega na ação que a medida do governo limita indevidamente a liberdade de associação dos cidadãos.



Categoria lamentou impactos da MP e afirmou que a medida vem pra tentar quebrar os sindicatos.

Representantes do Sintufefuf e da Associação dos professores de ensino superior de Juiz de Fora - Apes também se reuniram, no dia 11 de março, com a deputada federal Margarida Salomão (PT) para discutir a MP. A parlamentar garantiu que estará empenhada em derrubar a medida durante sua tramitação no Congresso.

A coordenadora geral do Sintufefuf, Maria Angela Costa, afirma que os sindicatos, federações e centrais sindicais estão unidos na luta contra a MP. "Se a gente não conseguir reverter isso na lei, vamos reverter na luta", afirmou Maria Angela. Para ela o governo Bolsonaro encaminhou essa medida agora para tentar acabar com os sindicatos e desmobilizar a classe trabalhadora na luta contra a reforma da previdência, mas não vai conseguir alcançar seu objetivo. "Nem que a gente tenha que marchar a pé, igual o MST faz, mas nós paramos Brasília. A gente ocupa tudo aquilo lá", afirmou Maria Angela.

O Sintufefuf também realizou, no dia 14 de março, uma assembleia para discutir a MP. A Diretoria Executiva relatou as ações feitas para barrar a MP e afirmou estar procurando outros parlamentares para discutir a medida. Além disso, a Diretoria informou que está tomando outras medidas administrativas cabíveis. A categoria lamentou o impacto que a MP pode ter para os funcionários do Sindicato e apontou que o objetivo do governo é quebrar os sindicatos antes da votação da reforma da previdência, já que o movimento sindical tem ocupado a linha de frente da luta pela aposentadoria.

Sintufefuf orienta categoria a averbar tempo de contribuição pendente

Devido às incertezas quanto ao futuro da aposentadoria no serviço público e às dificuldades de garantir a emissão da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC), o Sintufefuf orienta todas/os que tem tempo de contri-

buição pendente de averbação a fazer o procedimento o quanto antes. A equipe de Bolsonaro tem trabalhado em uma proposta de reforma da previdência e outros projetos que podem colocar em risco a previdência pública.

Recurso que trata da incidência de contribuição previdenciária sobre adicionais e gratificações aguarda decisão

O recurso que trata da incidência da contribuição previdenciária do servidor público sobre adicionais e gratificações temporárias antes das alterações da Lei 10.887/2004 ainda aguarda o trânsito em julgado no Supremo Tribunal Federal. Em 2012, foi editada a Lei n. 12.688, para incluir a previsão de que o terço de férias e outros adicionais temporários não devem integrar a base de cálculo da contribuição previdenciária.

De acordo com o advogado do SINTUFEJUF, Sérgio Ricardo Silva, o Tribunal deu parcial provimento ao Recurso Extraordinário (RE) 593068, com repercussão geral reconhecida. “A decisão do colegiado considerou que a contribuição previdenciária do servidor não deve incidir sobre aquilo que não é incorporado à sua aposentadoria”, explica. Ou seja, a incidência não deve ser feita sobre 13º salário, adicional de férias e horas extras, terço de

férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade.

Segundo o advogado, após decisão final no STF, o sindicalizado deverá preencher um formulário disponibilizado pelo SINTUFEJUF. “O tema ainda está em discussão e tem repercussão geral junto ao Supremo Tribunal Federal. Todavia, já iniciamos estudos sobre essa matéria, para que assim que ocorra o trânsito em julgado, observada a prescrição incidentes antes do ano de 2004, o SINTUFEJUF, irá fornecer os formulários de requerimento administrativo para todos os seus filiados, para que seja efetivado levantamento exato junto à UFJF, dos referidos adicionais que o Servidor foi tributado indevidamente e por via de consequência, ser ressarcido dos valores atualizados, afirma Sérgio. Conforme ele, o ressarcimento será realizado ou pela via administrativa ou judicialmente, restabelecendo a manutenção do direito do trabalhador.

A decisão do colegiado considerou que a contribuição previdenciária do servidor não deve incidir sobre aquilo que não é incorporado à sua aposentadoria

Sérgio Ricardo Silva
Advogado do Sintufejuf

Derrotado, Bolsonaro revoga alteração na Lei de Acesso à Informação

No dia 26 de fevereiro o Diário Oficial da União (DOU) publicou um decreto presidencial revogando trechos do Decreto 9.690/2019, que alteravam a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI). Com as modificações na lei, o governo pretendia restringir o acesso da população a informações de documentos secretos.

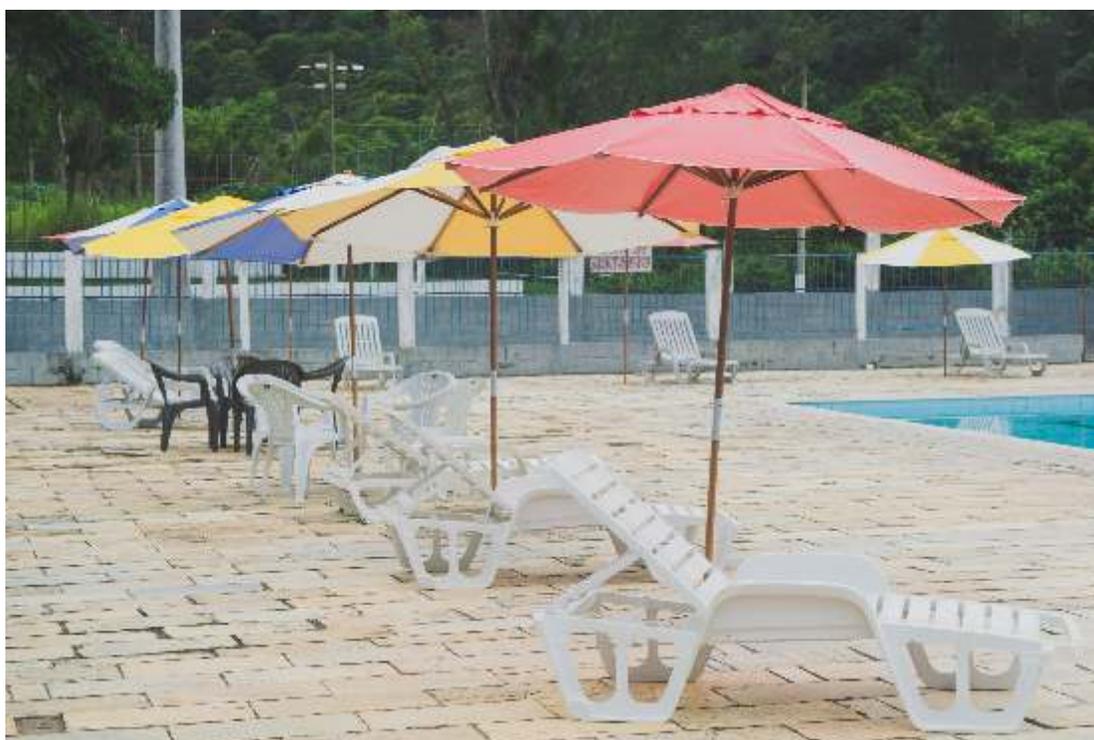
A revogação ocorreu uma semana após a Câmara dos Deputados ter aprovado o projeto de decreto legislativo (PDL 03/19), para suspender os efeitos do decreto assinado pelo então presidente em exercício, Hamilton Mourão, atribuindo a outras autoridades, inclusive ocupantes de cargos comissionados, a competência para classificação de informações públicas nos graus de sigilo ultrassecreto

ou secreto. Conforme o secretário especial da Casa Civil Paulo Bauer, o governo teria outras prioridades no momento, por isso teria recuado, mas posteriormente deve retomar o decreto.

De acordo com a coordenadora de Assuntos Jurídicos do SINTUFEJUF, Bethânia Guimarães, a LAI é uma lei de vanguarda, e serve de modelo democrático para outros países, no entanto, o decreto pretende desfigura-la de seu objetivo principal. Regulamentada em 2012, a lei estabelece os protocolos e as regras que todo órgão público deve seguir para garantir um padrão de transparência mínimo e permitir que qualquer cidadão acesse dados e prestações de contas relativas aos governos em nível federal, estadual e municipal.

Sintufejuf realiza melhorias na Sede Campestre durante o verão, para melhor atender à categoria

Durante o verão a Diretoria Executiva do Sintufejuf providenciou a compra de 8 novos sombreros e 10 espreguiçadeiras. Além disso, trocou as ferragens dos banheiros, que já estavam antigas, e revitalizou o parquinho. Isso porque durante esse período do ano a quantidade de pessoas que utiliza a Sede Campestre aumenta e o intuito da Diretoria Executiva do Sintufejuf é melhorar o conforto e segurança no local. Por isso também estão sendo realizados obras na parte elétrica do espaço, como noticiado na última edição do Jornal do Sintufejuf.



Melhorias visam aumentar conforto e segurança no local.

Prestação de contas

Novembro/2018		
Receitas	Mensalidades	138.679,78
	Comissões de seguros	1.128,24
	Renda Aplicação Financeira	577,99
	Taxa Administrativa	4.363,59
	Despesas Recuperadas	36,00
	Total Receitas	144.785,60
	Despesas	Pessoal (Folha e Encargos)
Administrativas e Operacionais		27.293,64
Mensalidade Fasubra		4.594,9
Atividades e Projetos Sindicais		7.278,68
Assistencia Juridica		26.563,94
Sede Campestre		3.080,22
Outras Despesas		4.340,07
Total		143.163,77
Resultado Financeiro do Mês		1.621,83

Dezembro/2018		
Receitas	Mensalidades	228.192,53
	Comissões de seguros	1.128,24
	Renda Aplicação Financeira	772,33
	Taxa Administrativa	4.403,58
	Despesas Recuperadas	439,30
	Total Receitas	234.935,98
	Despesas	Pessoal (Folha e Encargos)
Administrativas e Operacionais		33.190,26
Mensalidade Fasubra		4.923,83
Atividades e Projetos Sindicais		12.966,03
Assistencia Juridica		26.563,94
Sede Campestre		6.730,95
Outras Despesas		4.984,49
Depreciação		32.856,7
Total		236.030,98
Resultado Financeiro do Mês		(-)1.095,00